

■DEPUTADO JOÃO ALVES (sem partido-BA) — O chefe da máfia do Orçamento aparece implicado em todas as subcomissões. Lançou mão de tráfico de influência para incluir suas emendas depois da votação do Orçamento pelo Congresso, desviou recursos das subvenções sociais, usou "laranjas" para fugir do IR, desviou recursos orçamentários para fazer campanha, comprando prefeitos e vereadores no interior da Bahia. Suas declarações de renda são incompatíveis com seu patrimônio.



João Alves



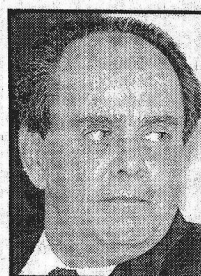
Ibsen Pinheiro



Genebaldo



Ricardo Fiúza

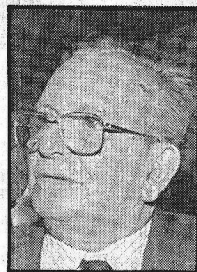


José Geraldo



Manoel Moreira

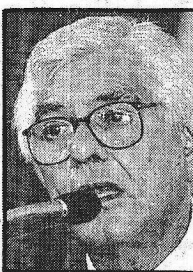
■DEPUTADO IBSEN PINHEIRO (PMDB-RS) — Implicado na subcomissão de patrimônio e bancos. Não conseguiu explicar a origem dos recursos que usou na primeira parcela da compra de um apartamento em Porto Alegre: US\$ 126 mil, segundo ele, em 19 de novembro de 90. Uma diligência constatou que o deputado mentiu, pois segundo o vendedor, o imóvel custou US\$ 321 mil. Não conseguiu provar que, ao desfazer a venda de uma caminhonete ao deputado Genebaldo Correia em 89, devolveu o dinheiro que o deputado depositara em sua conta.



Cid Carvalho



Ronaldo Aragão



Fábio Raunheitti



Vasconcelos



José Luiz Maia



Eraldo Tinoco

■DEPUTADO GENEBALDO CORREIA (PMDB-BA) — Implicado em todas as subcomissões. Apresentou emendas beneficiando municípios baianos, que até hoje esperam as obras ou serviços. Em 91 recebeu Cr\$ 5 milhões da GM Construções e Serviços, empresa dirigida por Paulo Rodrigues, funcionário de Cid Carvalho (PMDB-MA), também envolvido no esquema do Orçamento. A subcomissão de patrimônio já constatou que os créditos de US\$ 2,4 milhões em sua conta são superiores aos seus rendimentos declarados à Receita. Na subcomissão de bancos, ficou caracterizado que ele era o homem de Ibsen Pinheiro no esquema, repassando inclusive dinheiro para a conta do ex-presidente da Câmara, no caso mal explicado da caminhonete.

tro, liberou recursos a pedido da máfia para entidades inadimplentes junto ao Ministério. O patrimônio está em grande parte em nome de suas empresas. Outro problema é a tomada de empréstimos junto ao Banco do Brasil e à CEF.

■DEPUTADO JOSÉ GERALDO RIBEIRO (PMDB-MG) — Implicado em todas as subcomissões. Apresentou emendas beneficiando empreiteiras e prefeituras que desviaram recursos. Sua movimentação bancária é incompatível com os rendimentos declarados. Também é acusado de sonegação fiscal. Na CPI, negou que tivesse uma fazenda não declarada, sendo desmentido por sua própria assinatura no cheque emitido para o pagamento do imóvel.

■DEPUTADO MANOEL MOREIRA (PMDB-SP) — Implicado em três subcomissões: emendas, patrimônio e bancos. Sua declaração não apresenta rendimentos que justifiquem o patrimônio e os créditos bancários de US\$ 2,4 milhões. Na véspera de seu depoimento à CPI, tentou retificar suas declarações de renda alegando obtenção de empréstimos de amigos — um deles José Orlando Paravela, seu sócio. Não declarou à Receita diversos imóveis.

■DEPUTADO CID CARVALHO (PMDB-MA) — Todas as subcomissões têm indícios que o incriminam. A subcomissão de bancos encontrou um cheque da

Mendes Júnior depositado em sua conta. A de patrimônio verificou que os créditos de US\$ 2,6 milhões são superiores aos rendimentos declarados à Receita, insuficientes para dar suporte ao patrimônio que adquiriu principalmente em 91, um ano depois de ter presidido a Comissão de Orçamento. A subcomissão de subvenções constatou que as entidades assistenciais que ele apadrinhava desviaram recursos para a conta bancária de seu assessor, Paulo Rodrigues. E a de emendas mostrou que ele enviava recursos para diversos municípios e entidades que acabaram na conta do assessor.

■SENADOR RONALDO ARAÇÃO (PMDB-RO) — Implicado nas subcomissões de subvenções, bancos e patrimônio. A Fundação JR Aragão não justificou gastos relativos a US\$ 450 mil dos US\$ 673 mil que recebera em 91. Em 92, a instituição comprou, mas não recebeu, quatro ambulâncias da Dinasa, empresa do próprio senador. Seus rendimentos também não justificam seus créditos bancários, mais que o dobro do declarado. Em 91, sua renda bruta declarada no IR foi de US\$ 416.130,00, enquanto os créditos em sua conta chegaram a US\$ 1.094.993,00.

■DEPUTADO FÁBIO RAUNHEITTI (PTB-RJ) — Implicado em todas as subcomissões, especialmente na de subvenções: recebeu US\$ 14 milhões do poder público para suas escolas, mas parte foi parar no mercado fi-

nanceiro. Tem dez apartamentos, 20 lotes, sete terrenos, seis prédios, quatro fazendas, 31 casas, uma área rural, uma sala e cinco automóveis — muito acima dos rendimentos declarados. Apresentou emendas beneficiando municípios paranaenses que não aplicaram devidamente os recursos. É acusado ainda de montar uma quadrilha para desviar subvenções sociais no Rio.

■DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (PRN-PE) — Em sua conta há um depósito inexplicado de US\$ 98 mil. Deixou de declarar um apartamento em 90. Ao elaborar o relatório do Fundo Nacional de Desenvolvimento beneficiou diversas empreiteiras, entre elas a Mendes Júnior e a Andrade Gutierrez.

■DEPUTADO JOSÉ LUIZ MAIA (PPR-PI) — A princípio, seu patrimônio é compatível com a renda, mas a análise dos documentos revela artimanhas para enganar o "leão": muitos dos bens adquiridos em 86 só aparecem na declaração de 92, sem falar nas 19 posses de terra que jamais apareceram.

■DEPUTADO ERALDO TINOCO (PFL-BA) — Parte dos recursos aplicados na compra de um apartamento não encontra cobertura na sua declaração de renda. É também um dos campeões de emendas orçamentárias. Uma das acusações que pesam contra ele é de ter auxiliado Fiúza na adulteração do orçamento de 92, depois de aprovado pelo Congresso.